



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

163

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0009175-61.2010.8.17.0990 (0255697-2)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

EMBARGANTE: Maria do Socorro Valois Alves

EMBARGADO: Banco Itauleasing S.A.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REVISÃO DE CONTRATO BACÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA LIMINAR. ART. 285-A. REQUISITOS. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA NA APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. ART. 515 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

1. O recurso de embargos de declaração não se presta para apreciar questão que sequer foi impugnada na apelação, em atenção ao efeito devolutivo previsto no art. 515 do CPC.
2. Para o julgamento de improcedência liminar, com base no art. 285-A, basta que já tenha sido proferida, no juízo, sentença de total improcedência em casos idênticos e que a matéria controvertida seja unicamente de direito. Requisitos atendidos, na hipótese.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0255697-2, acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em REJEITAR os embargos de declaração.

Recife, 19 de setembro de 2014.


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

164

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0009175-61.2010.8.17.0990 (0255697-2)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

EMBARGANTE: Maria do Socorro Valois Alves

EMBARGADO: Banco Itauleasing S.A.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de Embargos de Declaração oposto por MARIA DO SOCORRO VALOIS ALVES contra acórdão assim ementado:

"DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. JUROS COMPENSATÓRIOS. FIXAÇÃO NÃO LIMITADA À TAXA DE 12% AO ANO.

1. As disposições do Dec. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o Sistema Financeiro Nacional (Súmula 596/STF).

2. São de livre iniciativa a fórmula e os fatores que as instituições financeiras levam em consideração de modo abstrato, genérico ou estatístico para a fixação dos juros reais das suas operações financeiras de empréstimos. Ao Judiciário é dado examinar tão somente se a taxa de juros compensatórios não descamba para o exagero, caracterizado, objetivamente, quando extrapolam em muito a média adotada pelo mercado similar, ou viola norma do Poder Regulamentador, que expressa a política econômico-monetária do governo."

Alega, em suas razões recursais, que a decisão foi omissa por não ter enfrentado o fato de que a sentença foi julgada improcedente liminarmente, com base no art. 285-A, do CPC, quando não atendia os requisitos para tanto.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

165

Pretende o acolhimento dos embargos de declaração, imprimindo-lhe efeitos infringentes, com a consequente modificação do acórdão.

É o relatório.

Recife, 19 de setembro de 2014.

Fábio Eugênio Oliveira Lima

Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

166

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0009175-61.2010.8.17.0990 (0255697-2)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

EMBARGANTE: Maria do Socorro Valois Alves

EMBARGADO: Banco Itauleasing S.A.

VOTO

Os efeitos modificativos, admitidos em embargos de declaração por força de construção jurisprudencial, devem resultar da ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade do julgado, o que não é a hipótese.

Explico.

Nos termos do art. 515 do CPC, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

Acontece que a insurgência quanto ao julgamento de improcedência liminar, com base no art. 285-A do CPC, não foi levantada na apelação.

Assim, não pode o recorrente pretender que seja enfrentada questão, em sede de embargos de declaração, que sequer foi alvo de impugnação no momento processual oportuno.

Anote-se que ainda que a matéria tivesse sido devolvida no recurso, não mereceria prosperar.

É que para o julgamento de improcedência liminar basta que já tenha sido proferida, no juízo, sentença de total improcedência em casos idênticos e que a matéria controvertida seja unicamente de direito.

Ora, na sentença o magistrado faz expressa referência aos julgados utilizados como precedentes. Além disso, é cediço que a solução da lide, no caso, exige, tão somente, a análise de



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

167

matéria de direito (nesse sentido: AgRg no REsp 1415719-MA; AgRg no REsp 927064-RS).

POR TAIS FUNDAMENTOS, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.

Recife, 19 de setembro de 2014.


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator